

EMENDA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.185, DE 2023.

Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico.

EMENDA Nº

Sugiro a inserção do Art. 8º-A da Medida Provisória nº 1.185, de 30 de agosto de 2023, nos seguintes termos:

Art. 8º-A. Não serão computadas na determinação do lucro real as receitas decorrentes de incentivos do IRPJ. (NR)

JUSTIFICATIVA

Em sua exposição de motivos, a MP refere-se aos problemas decorrentes do conflito federativo solucionado pela Lei Complementar nº160/2017, tal qual interpretada pelo Superior Tribunal de Justiça (item 5). O teor da exposição de motivos, a MP se justificaria pela perda de arrecadação por parte da União em decorrência da interação da Lei vigente com os incentivos de ICMS oferecidos pelo Estado (item 8).

No entanto, a MP impacta negativamente também as subvenções para investimentos concedidas pela própria União. Um exemplo claro a esse respeito pode ser encontrado nos incentivos calculados sobre o lucro da exploração, a exemplo dos incentivos fiscais para investimentos relativos à área de atuação da SUDAM e da SUDENE, que serão prejudicados pela nova sistemática, sem que exista qualquer justificativa para tanto.

A exposição de motivos refere-se aos conflitos relativos ao ICMS, mas sua redação vai muito além da alegada justificativa, prejudicando também os incentivos concedidos pela própria União. Por conseguinte, ao mitigar os incentivos concedidos para investimento nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, a MP prejudica o objetivo constitucionalmente previsto de redução das desigualdades regionais (CF, art. 3º, III).

Em breve síntese, no regime do Decreto-Lei 1.598/1977, no caso de uma redução do imposto de renda calculada sobre o lucro da exploração, apuram-se o lucro real e o lucro da exploração em apartado, aplicando-se a redução de, e.g., 75% sobre o lucro da exploração. O incentivo apurado é então deduzido do IRPJ devido,



No entanto, como as exigências do art. 19 do Decreto-Lei 1.598/1977 relativas à constituição da reserva de lucros foram mantidas, deverá a entidade, ainda assim, constituir a reserva de lucros, sob pena de não poder usufruir de qualquer benefício. Nota-se, portanto, que a entidade deverá manter uma reserva no valor de R\$10, embora já tenha submetido tal montante à tributação, o que evidencia a inconsistência do novo sistema concebido.



Não bastasse este tratamento, por se tratar de incentivo de IRPJ, não fará jus o contribuinte a crédito fiscal relativamente às receitas destas subvenções, a teor do art. 8º da MP:

“Art. 8º Na apuração do crédito fiscal, não poderão ser computadas:

.....

V - as receitas decorrentes de incentivos do IRPJ e do próprio crédito fiscal de subvenção para investimento;

.....

A exceção prevista no art. 8º, V, interpretada à luz da exposição de motivos, indica que não havia intenção de macular o tratamento das subvenções de investimentos concedidas pela União. Dessa forma, trata-se de mero problema de técnica legislativa, que demanda correção.

Portanto, sugere-se a inclusão do dispositivo com a seguinte redação, de modo a assegurar o tratamento equânime das subvenções concedidas pela União:

Art. XX. Não serão computadas na determinação do lucro real as receitas decorrentes de incentivos do IRPJ.

A redação sugerida refere-se a “receitas decorrentes de incentivos de IRPJ” nos mesmos termos em que o art. 8º, V, assegurando, portanto, o paralelismo no tratamento.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

Sala das Sessões, 06 de setembro de 2023.

Deputado Toninho Wandscheer – PP/PR

